

MEIO AMBIENTE

# Turismo em áreas protegidas aumenta 300% no Brasil, mas ainda é restrito a poucos destinos, revela estudo

Levantamento da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza aponta os desafios do turismo em áreas naturais na retomada econômica pós-pandemia. Planos de manejo, infraestrutura e regularização fundiária estão entre os principais obstáculos a um segmento que responde por 8,1% do PIB

O turismo em Unidades de Conservação (UCs) federais aumentou mais de 300% no Brasil nos últimos 13 anos, registrando 15 milhões de visitantes em 2019 – último ano antes da pandemia. É o que revela um relatório inédito elaborado pela Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. Os dados apontam, porém, que o destino dos turistas ainda é bastante concentrado, já que somente entre os três parques nacionais mais populares - Parque Nacional da Tijuca (RJ), Parque Nacional do Iguaçu (PR) e Parque Nacional da Serra da Bocaina foram responsáveis por a 67% do total das visitas em 2020.

“São unidades de conservação próximas a grandes cidades, com atrativos de destaque, acesso facilitado, rede hoteleira e serviços. Viabilizar condições mínimas de infraestrutura em áreas naturais é uma estratégia fundamental para alavancar o turismo no Brasil, distribuir melhor a visitação, gerar renda para as comunidades locais e chamar atenção para a conservação do patrimônio natural do País”, explica o gerente de Conservação da Biodiversidade da Fundação Grupo Boticário, Emerson Oliveira.

Segundo dados de 2020 do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, na sigla em inglês), a indústria do turismo é uma das mais potentes em termos de crescimento econômico e geração de empregos. Antes da pandemia da Covid-19, seus impactos diretos, indiretos e induzidos somaram US\$ 8,9 trilhões em contribuições ao Produto Interno Bruto (PIB) global, representando 10,3%, e

geraram cerca de 330 milhões de empregos – o equivalente a um de cada dez postos de trabalho no mundo ou um de cada quatro novas vagas, se forem considerados apenas os últimos cinco anos.

No Brasil, o turismo é responsável por 8,1% do PIB e gera aproximadamente 7,4 milhões de empregos, muitos em pequenos e médios negócios e em atividades autônomas, como artesãos e guias turísticos (dados de 2020 do WTTC). Apenas como resultado da visitação de turistas às áreas protegidas brasileiras, foram gerados cerca de 90 mil empregos, R\$ 2,7 bilhões em renda e R\$ 3,8 bilhões em valor agregado ao PIB no ano de 2018, segundo as informações mais atualizadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável por gerir as UCs.

“O turismo tem a capacidade de dinamizar economias locais, especialmente municípios onde há carência de recursos. É, portanto, um setor extremamente eficaz para a redução da desigualdade. É também um ramo intrinsecamente ligado à natureza e, ainda que fortemente impactado pela pandemia, capaz de se recuperar rápido e liderar o chamado “recomeço verde” e a nova economia global”, aponta Oliveira.

Planos de Manejo

Dados do relatório da Fundação Grupo Boticário também revelam que 60,1% das 334 Unidades de Conservação (UCs) públicas federais do País possuem planos de manejo. Destas, apenas 13,7% fizeram a revisão do documento, conforme prevê



a Lei 9.985/2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs no território nacional.

De acordo com a legislação, o plano de manejo – que necessita ser revisado a cada cinco anos – é responsável por estabelecer o zoneamento das UCs e as normas que devem presidir o uso da área, o manejo dos recursos naturais e a implantação das estruturas físicas necessárias para a gestão da unidade. É também este documento que determina, se e como a atividade turística pode ser realizada.

“Esse é um dos grandes problemas que emperram o desenvolvimento da atividade turística em áreas naturais no Brasil. São poucas as UCs que têm condições de receber o turista hoje em dia, o que passa diretamente pelo plano de manejo”, afirma o membro da Rede de Especialistas em Con-

servação da Natureza (RECEN) e professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Eduardo Young.

Outros desafios

Além da elaboração e revisão do plano de manejo, outros obstáculos travam o crescimento da atividade turística em unidades de conservação no Brasil. Um dos pontos críticos levantados pelo relatório é a regularização fundiária. Somente entre as UCs federais avaliadas no estudo, 60 constavam como não regularizadas ou não possuíam informação a respeito no Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SamGe). “Entre os parques, estima-se que aproximadamente 23% têm suas áreas totalmente regularizadas”, afirma o documento. É, de acordo com os especialistas, um número muito pequeno. A meta do Ministério do Meio

Ambiente (MMA) é ampliar a área de terras regularizadas de 12,9 milhões para 17,9 milhões de hectares.

O estudo aponta a necessidade de as UCs terem conselhos gestores efetivos e atuantes, assim como a implementação de monitoramento da biodiversidade e até mesmo o controle de acesso e contagem de visitantes – uma prática simples, mas não realizada por um quarto das unidades.

No Brasil, a média de gastos públicos em unidades de conservação federais é de US\$ 314 por quilômetro quadrado de área protegida, com base em amostra de 289 UCs federais analisadas pelo relatório. Na África do Sul, por exemplo, esse montante chega a US\$ 3.014 por quilômetro quadrado, enquanto estudos mostram que países desenvolvidos gastam, em média, US\$ 929. Na América Latina, a Costa Rica se destaca,

com gastos públicos em torno de US\$ 795 por quilômetro quadrado de área protegida.

Metodologia

O estudo coletou informações em diferentes sistemas e bases de dados disponíveis para levantar as Unidades de Conservação federais e estaduais do território brasileiro que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Devido a problemas como falta de organização de referências, baixo índice de atualização das informações disponíveis e até mesmo ausência completa de dados, alguns estados, especificamente da região Norte do Brasil, não foram contemplados.

Em seguida, foram estabelecidos critérios para organização das informações, ranqueando as UCs em relação à aptidão para receberem visitantes com o menor investimento e tempo possível. Ao final, permaneceram as unidades de conservação com área superior a 500 hectares; áreas próximas a aeroportos oficiais pavimentados (distância em linha reta de até 200 km); áreas com acesso pluvial ou rodoviário asfaltado a pelo menos um dos acessos às UCs; áreas localizadas de até 150 km de distância das cidades e centros urbanos com mais de 250 mil habitantes para as unidades federais e de até 100 km para as unidades estaduais; e UCs em sobreposição com as Áreas Prioritárias para a Conservação do Ministério do Meio Ambiente e/ou Áreas Importantes para a Conservação das Aves e Biodiversidade (Important Bird and Biodiversity Areas - IBAs), da Bird Life International.

ENCONTRO

# Fórum Sul-americano debate tendências da mineração

A Metso Outotec realiza, entre os dias 8 e 10 de novembro, o MO Fórum Sul-americano, primeiro evento no continente após a fusão das duas empresas. Com o foco na mineração, o encontro online e gratuito abordará as tendências do setor para os próximos anos, além de apresentar casos reais de tecnologias já aplicadas na prática e iniciativas que priorizam as políticas de sustentabilidade, responsabilidade social e governança (ESG).

O evento terá especialistas do Brasil, Chile e Peru, que formam a unidade sul-americana da multinacional finlandesa e que completou seu primeiro ano de operação conjunta em julho passado. Além da consolidação da Metso e Outotec, o MO Fórum Sul-americano também marca a organização da empresa



para atender ao mercado sul-americano, onde está concentrada grande parte da produção mundial de minério de ferro, cobre e lítio.

Para montar o evento, a Metso Outotec organizou vários painéis temáticos diários e com tradução simultânea (espanhol-português) e tem como público-alvo os profissionais de mineração e produção de agregados da América do Sul. As palestras serão realizadas numa plataforma online interativa, que deve ampliar a troca de experiências entre os profissionais da empresa com os participantes, razão pela qual o número de inscritos será limitado e acontece a partir de pré-inscrição.

Os temas do MO Fórum Sul-americano estão concentrados no futuro da mineração e em

práticas que envolvam os princípios ESG. Apesar da abordagem de tendências, o evento vai se concentrar em tecnologias que já são aplicáveis em campo – ou mesmo estão sendo adotadas – e que poderão ser ativadas, em sua grande maioria, nos próximos 12 meses. O cenário previsto pela Metso Outotec é de retomada na pós-pandemia, mas com um formato diferenciado, o que justifica, por exemplo, a oferta de serviços remotos, um dos destaques do evento.

A Metso Outotec vai montar uma divulgação especial, com uma programação de podcasts e newsletters diárias durante os três dias do evento. Após o evento, a comunicação continua com a edição de materiais específicos sobre os temas apresentados.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES**

Estado de São Paulo

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Jales - SP. CONTRATADA: NEOBRIDGE CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP. VALOR: R\$ 377.341,39 Global. ASSINATURA: 04/10/2.021. OBJETO: "Visa-se à contratação de empresa especializada, para construção de Ponte de Concreto Armado, com dimensões de 11,00m x 8,40m x 44,00m, na Rua 19, que liga os Bairros São Judas Tadeu e Jardim do Bosque, sobre o Córrego Tamboril, no Município, com fornecimento de materiais/equipamentos e mão de obra, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Quantitativa, Cronograma Físico Financeiro, Memória de Cálculo, Projeto e o Convênio CMIL nº 014/630/2.021 - Processo C MIL nº 572.244/2.021 e respectiva Contrapartida Municipal, por tempo determinado". MODALIDADE: Tomada de Preços nº 09/2.021 - Processo nº 114/2.021. VIGÊNCIA: Até 27 de dezembro de 2.021, data que expirará o Convênio CMIL nº 014/630/2.021 - Processo C MIL nº 572.244/2.021. Jales - SP, 04 de outubro de 2.021. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA. Prefeito



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES**

Estado de São Paulo

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2.021. OBJETO: "Contratação de empresa especializada, para construção de Ponte de Concreto Armado, com dimensões de 11,00m x 8,40m x 44,00m, na Rua 19, que liga os Bairros São Judas Tadeu e Jardim do Bosque, sobre o Córrego Tamboril, no Município, com fornecimento de materiais/equipamentos e mão de obra, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Quantitativa, Cronograma Físico Financeiro, Memória de Cálculo, Projeto e o Convênio CMIL nº 014/630/2.021 - Processo C MIL nº 572.244/2.021 e respectiva Contrapartida Municipal, por tempo determinado". Com fundamento no inciso VI do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, ADJUDICO o procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 09/2.021, tipo menor preço global, e HOMOLOGO o objeto licitado em favor da empresa NEOBRIDGE CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP., CNPJ. (MF) nº 34.283.979/0001-74. Jales - SP, em 01 de outubro de 2.021. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA. PREFEITO

**CONSI RJ**

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERM. DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES - CONSI RJ  
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 06/2021 PROCESSO Nº. 15/2021  
O Presidente do CONSI RJ - Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Jales, Sr. Luis Henrique dos Santos Moreira, no uso de suas atribuições estatutárias, após informação da existência e sua devida reserva de dotação orçamentária pelo Setor de Contabilidade, RATIFICA a Dispensa de Licitação nº. 06/2021, Processo 15/2021, de acordo com o art. 24, inciso II, Parágrafo 1º, bem como no art. 23, inciso II, Parágrafo 8º, que trata das contratações de consórcios públicos, expresso na Lei Federal nº. 8.666/93, para aquisição de 01 (um) aparelho de Ultrassonografia para instalação e utilização no Centro de Diagnóstico Regional de Jales, de acordo com as especificações do Termo de Referência.  
Dê Ciência, Registre-se e Cumpra-se.  
Jales/SP, 28 de Setembro de 2021.  
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA  
Presidente

**CONSI RJ**

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERM. DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES - CONSI RJ  
EXTRATO DE CONTRATO – DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2021 – PROCESSO 15/2021  
O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSI RJ, através de seu Presidente Sr. Luis Henrique dos Santos Moreira, torna público a contratação da empresa abaixo para fornecimento de 01 (um) aparelho de Ultrassonografia para instalação e utilização no Centro de Diagnóstico Regional de Jales, de acordo com as especificações do Termo de Referência.

EMPRESA	VALOR TOTAL	CONTRATO Nº
GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO - HOSPITALARES LTDA. CNPJ nº. 00.029.372/0002-21	R\$ 84.950,00	65/2021

Jales/SP, 30 de Setembro de 2021.  
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA  
Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA**

1º Extrato de prorrogação e aditamento de Contrato  
Contratante: Pm Pontalinda  
Contratada: Telefônica Brasil S/A  
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades STFC, (serviço telefônico fixo comutado) linhas analógicas, tronco digital E-1, com ligações locais e interurbanas, SMP, (serviço móvel pessoal) com ligações locais e interurbanas na modalidade de voz e dados e fornecimento de aparelhos em regime de comodato, serviço de acesso internet dedicado e acesso a internet ADSL, para atender Administração Municipal e ao Programa de inclusão digital deste Município de Pontalinda, devendo estar em comum acordo com as normas estabelecidas pela ANATEL.  
Contrato 54/2020  
Valor do aditivo: R\$ 1.558,80  
Valor atualizado do Contrato R\$ 51.453,86  
Data: 29/09/2021  
Vigência 29/09/2022  
Pregão Presencial 19/2020  
Processo CL/PMP 45/2020  
Setor de licitações e Contratos

**PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA**

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2021  
EDITAL Nº 006/2021- DE GABARITO PRELIMINAR  
O Município de Pontalinda, Estado de São Paulo, representada pelo Prefeito Municipal Senhor Sisino de Oliveira Leão, torna público, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, o edital nº 06/2021 - de gabarito preliminar, referente ao Concurso Público nº 01/2021.  
O prazo para interposição de recursos inicia-se no dia **05 de outubro de 2021 e encerra-se no dia 06 de outubro de 2021**, devendo o candidato recorrente protocolizar seu recurso na Sede da Prefeitura Municipal de PONTALINDA-SP.

**CARGO – COORDENADOR PEDAGÓGICO:**

01) C	02) A	03) D	04) B	05) D	06) B	07) D	08) C	09) A	10) D
11) C	12) A	13) A	14) C	15) D	16) B	17) B	18) D	19) D	20) D
21) D	22) C	23) B	24) C	25) C	26) B	27) B	28) B	29) D	30) A
31) D	32) B	33) A	34) B	35) C	36) C	37) B	38) C	39) C	40) A

**CARGO – DIRETOR DE ESCOLA**

01) A	02) D	03) A	04) D	05) A	06) B	07) A	08) C	09) B	10) D
11) C	12) B	13) C	14) D	15) C	16) B	17) C	18) D	19) A	20) B
21) D	22) B	23) A	24) D	25) C	26) D	27) D	28) A	29) A	30) N
31) A	32) C	33) B	34) D	35) C	36) C	37) B	38) A	39) A	40) A

Para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital que será afixado no quadro próprio da Prefeitura Municipal e demais locais públicos de costume, e publicado no site oficial da Prefeitura Municipal de Pontalinda - www.pontalinda.sp.gov.br.  
Pontalinda/SP, 04 de outubro de 2021.  
SISINO DE OLIVEIRA LEÃO  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA**

7º Extrato de Revisão de ATA  
Ata Registro de Preços 08/2021  
Contratante: Pm Pontalinda  
Contratada: Mercadoria Vieira Ltda EPP.  
Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios de qualidade com fornecimento de forma parcelada, diária conforme a necessidade a serem entregues na E.E profª Zelía de L.Z.L., Escola municipal, pré escola/Creche municipal, do ensino fundamental e infantil, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.  
Equilíbrio Financeiro  
Data: 04/10/2021  
Valor revisado R\$ 155,42  
Pregão Presencial RP 06/2021  
Processo CL/PMP 08/2021  
Setor de Licitações e Contratos

**CÂMARA MUNICIPAL SANTA SALETE**

EXTRATO DE CONTRATO de nº.005/2021.  
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA SALETE/SP 01.615.609/0001-38. - Marizete de Fatima Dorigan Costa  
CONTRATADA: SERGIO VENANCIO VICENTE - ME.  
OBJETO: Prestará serviços no ramo de execução de licitações, com fornecimento de um Preposto/ Profissional com a formação comprovada, para elaboração e apoio técnico em processos licitatórios a serem realizados pela Câmara Municipal de Santa Salete-SP.  
VALOR GLOBAL: R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).  
VIGÊNCIA: Enquanto perdurar o processo licitatório.  
MODALIDADE: Dispensa  
Santa Salete - SP, 05 de outubro de 2021.  
Marizete de Fátima Dorigan Costa

**ORÇAMENTO**

**Parlamentares divergem sobre medida que autoriza repasses para estados e municípios fora do teto de gastos**

Aprovado recentemente pelo Plenário da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar 123/21 autoriza repasses financeiros para estados e municípios fora do teto de gastos, em caso de negociação de dívidas. Agora, o texto será analisado pelo Senado Federal.  
Autor da proposta, o deputado Lucas Vergilio (Solidariedade-GO) diz que o objetivo da medida é permitir que os valores originários de emendas não sejam bloqueados por conta do teto de gastos vigente em cada ente da federação.  
"As transferências constitucionais não entrarão. Somente as transferências voluntárias, ou seja, as que nem estariam previstas. Isso vai abrir espaço para os estados em recuperação fiscal possam equilibrar suas contas", pontua.  
O congressista considera, ainda, que o projeto beneficia os estados que fazem parte do Plano de Recuperação Fiscal ou de parcelamento renegociado de dívidas junto à União. Entre os estados que estão no primeiro grupo são Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.  
O deputado federal Paulo Ganime (Novo-RJ), por sua vez, acredita que a matéria pode afetar o equilíbrio fiscal e abrir brechas para que todos os recursos de transferências da União sejam excluídos.  
"Isso está acabando com o teto de gastos no nível estadual, de uma forma indireta. Estamos criando um grande problema para o equilíbrio fiscal. O Rio de Janeiro já passou por uma crise fiscal. Esse projeto não pode avançar", alertou o parlamentar.  
PLN 19/21  
O projeto de lei orçamentária para 2022 (PLN 19/21), encaminhado pelo Executivo Federal, destina R\$ 5,7 bilhões para as emendas de bancada, que têm execução obrigatória.  
Se o PLP 123/21 for aprovado pelo Congresso, haverá permissão para que os estados deduzam dos tetos de gastos as transferências vinculadas a despesas específicas. Entre elas estão transferências fundo a fundo; Contribuição.  
Fonte: Brasil 61

expediente



Diretor Responsável:  
IVAIR BOLOGNA  
Redação:  
Ivaír Bologna  
Higor Sanches Alonso

Circulação: Jales, São João das Duas Pontes, São Francisco, Palmeira d'Oeste, Aparecida d'Oeste, Santa Salete, Santa Albertina, Marinópolis, Aspásia, Santana da Ponte Pensa, Vitória Brasil, Dirce Reis, Pontalinda, Nova Canaã, Urânia, Dolcinópolis, Turmalina, Populina, Mesópolis, Paranapuã, Santa Rita d'Oeste, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Suzanópolis e Rubinéia.

Rua Pedro Modesto Andreo Padilha, nº 80 - Distrito Industrial II - Jales/SP  
Fone Fax (17) 3632-6889

PERIODICIDADE: TERÇAS, QUINTAS E SÁBADOS  
E-mail: jn.folharegional@gmail.com

Os artigos assinados não representam a opinião deste jornal

**Circulação:**



Junior Soler  
Cel. (17) 99785-1119

Av. Francisco Jalles, 1851 - Centro - Jales - SP - CEP: 15.703-200  
Tel.: (17) 3622-1620 e-mail: jr.soler@unijales.edu.br www.unijales.edu.br

■ EFEITOS

# Híbrido, remoto ou presencial: modelo de trabalho impacta bem-estar e produtividade do colaborador

Gabriel Kessler

Estamos a mais de um ano do início da pandemia, e as mudanças dos modelos e ambientes de trabalho são claras. Muitas empresas declararam que não voltam para o modelo presencial, já outras adotaram um modelo híbrido. Por força da natureza do negócio, há quem permanecerá no presencial.

Mas você sabe quais são as diferenças e particularidades de cada um desses modelos quando falamos da relação entre empresa, colaborador e sociedade?

Segundo a Deloitte, existe muita pesquisa a ser feita sobre os efeitos a longo prazo no bem-estar e produtividade dos colaboradores, mas os ambientes de trabalho estão mudados permanentemente e carregam características distintas e que exigem atenção dos profissionais de RH e Comunicação Interna.

Entenda mais, a seguir.

**Modelo de trabalho X bem-estar e produtividade do colaborador**

Como falamos no começo deste artigo, existem três modelos de trabalho: presencial, remoto e híbrido. A estrutura do tipo de ambiente depende da realidade de cada organização e o próprio trabalho a ser feito.

Entra nesse momento o RH, que deve trabalhar junto à liderança para definir qual a melhor alternativa levando em consideração o colaborador e a estratégia da companhia.

Conheça o que cada modelo oferece ou pode impactar.

**Trabalho presencial:**

**Colaboradores:**

- Flexibilidade limitada;
- Deslocamento demanda tempo;

- Sem despesas de trabalho remoto;

- Colaboração presencial com colegas de forma frequente;
- Muitas oportunidades de construção de times/relações feitas de forma orgânica ou intencional (rapport);
- Separação clara entre trabalho e lar.

**Organização:**

- Desempenho/performance pode ser gerenciada presencialmente, incluindo observações de atividades;
- Empresa é responsável pelo ambiente de trabalho e clima organizacional;
- Liderança transacional pode ser encorajada;
- Gastos na estrutura e imobiliário;
- Pagamento definido por trabalho no local, sem gastos com modelo remoto;
- Políticas bem-estabelecidas.

**Sociedade**

- Colaboradores ou fornecedores adicionais necessários para dar suporte à empresa, cadeias de suprimentos existentes são adequadas;
- Impacto ambiental causado pelo deslocamento de trabalhador;
- Trabalhadores vivem em áreas metropolitanas;
- Os profissionais ficam separados das famílias e comunidades durante a jornada de trabalho.

**Trabalho remoto**

**Colaboradores**

- Flexibilidade máxima;
- Sem gasto de tempo com deslocamento;
- Gastos com trabalho remoto (internet etc);
- Sem colaboração com colegas presencial;
- Construção de relaciona-



mento intencional (rapport) necessária;

- Separação limitada entre trabalho e lar.

**Organização**

- Desempenho/performance é gerenciada de forma remota, inclusive a avaliação de resultados/feedback;
- Colaborador também é responsável pelo ambiente de trabalho e clima organizacional (responsabilidade dividida);
- Liderança pode ser desafiada a ser mais humanista;
- Sem gastos imobiliários, mas sim com o suporte da estrutura do trabalho remoto;
- Pagamento diferenciado baseado na localidade e gastos com o remoto;
- Desafios significativos em relação às políticas da empresa.

**Sociedade**

- Colaboradores ou fornecedores adicionais não necessários para dar suporte à empresa, mas sim novas cadeias de suprimen-

tos;

- Sem impacto ambiental causado pelo deslocamento do trabalhador;
- Colaboradores podem dispersar e viver em áreas rurais;
- Trabalhadores ficam mais disponíveis de forma mais regular para suas famílias e comunidades durante a jornada de trabalho ou o tempo que antes era gasto com deslocamento.

**Trabalho híbrido**

**Colaboradores**

- Certo nível de flexibilidade;
- É gasto algum tempo em deslocamento;
- Algum gasto com despesas de trabalho remoto (internet etc);
- Existe alguma colaboração entre colegas feita de forma presencial;
- Mistura de oportunidades de construção de times/relações feitas de forma orgânica ou intencional (rapport);
- Alguma separação entre tra-

balho e lar.

**Organização**

- Desempenho/performance é gerenciada de forma remota e presencial, baseada nas observações e resultados;
- Responsabilidade dividida entre empresa e colaborador em relação ao ambiente de trabalho e clima organizacional;
- Liderança pode ser desafiada a ser mais humanista;
- Alguns gastos imobiliários e também com o suporte da estrutura do trabalho remoto;
- Pagamento diferenciado baseado na localidade e gastos com o remoto;
- Desafios significativos em relação às políticas da empresa, mas algumas criadas antes da pandemia podem ainda ser aplicadas.

**Sociedade**

- Alguns colaboradores ou fornecedores adicionais são necessários para dar suporte à empresa, a cadeia de suprimen-

to existente pode precisar de mudanças;

- Impacto ambiental causado pelo deslocamento do trabalhador é reduzido;
- Colaboradores vivem em áreas metropolitanas e subúrbios;
- Trabalhadores ficam mais disponíveis de forma mais regular para suas famílias e comunidades durante a jornada de trabalho ou o tempo que antes era gasto com deslocamento.

**De olho no futuro!**

É inegável que, para muitas organizações, o trabalho feito de forma virtual veio para ficar, seja parcial ou completamente. Quando falamos do modelo híbrido, as empresas já contam atualmente com mais insumos e conhecimentos para fazer essa migração.

A Deloitte aponta quatro passos para começar a gerenciar a arquitetura de trabalho nesse modelo:

1. Defina sua estratégia para o futuro do trabalho. Determine a combinação correta de trabalho, ambiente e profissionais essenciais para seu sucesso.
2. Envolve os colaboradores. Comunique-se com eles e aproveite essa perspectiva única enquanto estão mais próximos do trabalho para então desenvolver habilidades e investir nos profissionais no futuro.
3. Adapte seus locais de trabalho híbridos com programas e políticas, incluindo abordagens de bem-estar e saúde e segurança do colaborador.
4. Invista no ambiente de trabalho. Considere onde a automação e as tecnologias podem ajudar a aumentar a flexibilidade do local para segmentos do seu quadro de colaboradores.

■ POLÍTICA

# Medida Provisória que flexibilizava a legislação trabalhista perdeu a validade

Apesar da crise gerada pela pandemia no país, uma das medidas para minimizar o desemprego, a Medida Provisória de flexibilização na legislação trabalhista para ajudar a acelerar a retomada da economia no país acabou perdendo a eficácia em meio aos trabalhos legislativos do Congresso e não foi votada. Trata-se da MP 1046/21, que estabelecia uma série de flexibilizações na legislação trabalhista durante a pandemia.

Dentre as medidas para a preservação do emprego e da renda, constavam: teletrabalho; antecipação de férias in-

dividuais; concessão de férias coletivas; aproveitamento e antecipação de feriados; banco de horas; suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho; diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O Plenário da Câmara dos Deputados precisava analisar a MP até o dia 7 de setembro e ela até constou na pauta do Plenário em agosto (nos dias 24, 25 e 26), porém não foi apreciada por conta do encerramento das sessões. Depois, no dia 23 de setembro, o presidente do Congresso Nacional

encerrou o prazo da vigência da MP, que perdeu a eficácia – e não foi convertida em lei.

De acordo com o advogado especialista em Direito do Trabalho pela Academia Brasileira de Direito Constitucional, Rafael Humberto Galle, essa flexibilização proporcionada pela MP 1046/21 foi importante para ajudar os trabalhadores, mas que agora os acordos entre patrão e empregado devem se manter na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Quem adotou essas medidas durante a vigência da medida provisória não terá qualquer tipo de prejuízo e nem

estará cometendo qualquer tipo de ilicitude. Ocorre que após o encerramento de vigência da medida provisória, que ocorreu do dia 7 de setembro de 2021, as regras para as alterações contratuais previstas na MP não são mais aquelas descritas na CLT”, explicou.

No caso de Santa Catarina, o deputado federal Celso Maldaner (MDB/SC) diz que o fim da validade da medida provisória não afeta o estado, pois a recuperação econômica já começou. “Eu diria que a economia, aqui, vai muito bem. E inclusive o estado está

investindo em infraestrutura das obras federais, pois o que falta aqui em Santa Catarina é infraestrutura. Mas para a retomada da economia, nós já conseguimos retomar”, comentou.

De acordo com dados do Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no segundo trimestre deste ano, o Brasil atingiu 14,4 milhões de desempregados, o que representa uma taxa de 14,1% de desocupação no país. A Região Sul foi a que apresentou a menor taxa de desocupação, com 8,2% das pessoas sem emprego.

Vale destacar que para o

IBGE, o desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. Alguns exemplos de pessoas que, embora não possuam um emprego, não podem ser consideradas desempregadas são, por exemplo, jovens universitários que dedicam tempo somente aos estudos, uma dona de casa que não trabalha fora e empreendedores que possuem o próprio negócio. *Fonte: Brasil 61*



FADIGA PANDÊMICA

# Especialista explica o que é e como driblar o problema

Há mais de um ano, o Brasil e o mundo passam por uma pandemia. Com a covid-19, as medidas de isolamento e de distanciamento social afetaram a vida de bilhões de pessoas, especialmente no que se refere à saúde – tanto física quanto mental.

De acordo com a fisiologista Debora Garcia, muitas pessoas estão se sentindo cansadas e desmotivadas devido ao período de pandemia. Esse quadro foi nomeado de fadiga pandêmica e tem despertado cada vez mais interesse na comunidade de saúde.

“Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a fadiga pandêmica é definida como o cansaço que aparece devido ao esgotamento gerado pelo medo da covid-19 e pelas demais situações relacionadas ao contexto de pandemia, como a privação do contato físico e

social”, explica.

Garcia aponta que os efeitos da pandemia para a saúde mental têm sido severos e, para isso, mostra os resultados do Escritório do Censo dos Estados Unidos.

“Segundo o levantamento, no começo da pandemia, 25% dos estadunidenses entrevistados diziam ter sintomas frequentes de ansiedade e nervosismo. Hoje, esse número saltou para 69%”, aponta a especialista.

Conforme explica a fisiologista, a fadiga pandêmica tem várias causas. A hipervigilância e o medo do vírus da covid-19, bem como a instabilidade econômica e o contexto de incerteza e insegurança contribuem – e muito – para o quadro de desmotivação, nervosismo, ansiedade e apatia.

“Com a pandemia, muitas pessoas perderam a capacidade de planejamento da própria



vida – visto que vivemos em um período de incertezas. Esse cenário leva à insegurança, o que causa um incômodo em di-

versos indivíduos, levando-os a desenvolver transtornos psicológicos sérios, como ansiedade e depressão”, explica Garcia.

De acordo com a fisiologista, a fadiga pandêmica apresenta sinais e sintomas que devem ser observados:

- Cansaço excessivo diário;
- Distúrbios do sono;
- Agitação, impaciência e/ou conflitos nas relações interpessoais;
- Uso exagerado de álcool e outras substâncias;
- Desestabilidade emocional.

Por mais que diversas pessoas estejam vulneráveis à fadiga pandêmica, Garcia ressalta que é possível combater os sintomas por meio de medidas de autocuidado.

“Existem diversas formas de lidar com a fadiga pandêmica. Uma das principais é compreender que, neste período, nosso bem-estar deve ser prioridade. Isso nos leva ao autocuidado, que deve ocorrer tanto no sentido físico quanto psicológico. Nunca se esqueça de sua saúde mental, tire um tempo para descansar e trate suas emoções como algo relevante”, finaliza a especialista.

SOLICITAÇÃO

## Novo contrato com Butantan depende de registro definitivo da CoronaVac

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse na terça (5) que um novo contrato do governo federal com o Instituto Butantan, para aquisição de vacinas contra a covid-19, dependendo de registro definitivo do imunizante pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Queiroga retornou ao trabalho na sede do Ministério da Saúde nesta terça-feira, após retornar de Nova York, nos Estados Unidos, onde cumpria isolamento por ter contraído covid-19.

Atualmente, quatro vacinas são oferecidas à população pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI): a Pfizer/BioNTech e a Oxford/AstraZeneca, que já

têm registro definitivo na Anvisa; e a Janssen/Johnson&Johnson e a CoronaVac, que têm autorização apenas para uso emergencial.

Em janeiro, o governo federal assinou contrato com o Instituto Butantan para aquisição de 100 milhões de doses da CoronaVac, que foi finalizado no mês passado.

“Tínhamos uma emergência sanitária, essas vacinas foram feitas em tempo recorde e a Anvisa deu registro emergencial, não só à CoronaVac, à Janssen também. Se quer entrar no calendário nacional vai ter que solicitar o registro definitivo”, disse. “Uma vez a Anvisa concedendo o registro definitivo, o

Minsitério da Saúde considera essa ou qualquer outra vacina para fazer parte do PNI”, disse em entrevista a jornalistas na entrada do ministério.

Para Queiroga, quanto mais oferta de imunizantes, melhor para estimular a queda dos preços. “Se o preço cai é melhor porque consigo usar esses recursos, por exemplo, para atender pessoas que têm síndrome pós-covid. Também preciso manter leitos de UTI habilitados para 2022. Temos dificuldades orçamentárias, não é surpresa para ninguém, e temos que vencer juntos”, disse, destacando a interlocução do governo com o Congresso Nacional.



Campanha 2022

De acordo com o ministro, o corpo técnico do Ministério da Saúde já está em fase de planejamento da campanha de vacinação contra a covid-19 em 2022, mas ainda sem posições definidas. Segundo ele, até o final do ano, o Brasil ainda deve receber 100 milhões de doses da Pfizer, cerca de 30 milhões da Janssen, além de doses do consórcio Covax Facility, da Organização

Mundial da Saúde (OMS).

Para Queiroga, não há dúvida que a campanha de vacinação contribui para um cenário epidemiológico mais tranquilo, com redução de internações hospitalares e de óbitos por covid-19. “Temos queda no número de óbitos de maneira sustentada, apesar de aumento de casos, que se deve à maior abertura que tem da economia, mas isso não tem correspondido em aumento ex-

pressivo de internações”, disse.

Até o momento, o governo federal já distribuiu mais de 301 milhões de doses de vacina contra a covid-19. Dessas, 242,7 milhões foram aplicadas, sendo 147,9 milhões em primeira dose e 94,7 milhões em segunda dose ou dose única. Mais de 1,3 milhão foram doses de reforço para idosos, pessoas imunossuprimidas e profissionais de saúde. Fonte: Agência Brasil.

E MAIS

## Reajustar Bolsa Família a partir do IR “ não é razoável”, diz Pacheco

O presidente do Senado Rodrigo Pacheco disse na terça (5) que a garantia de recursos para o Bolsa Família não pode ser vinculada a alterações no Imposto de Renda. “Não me parece razoável nós discutirmos um novo modelo de imposto de renda a pretexto de que essa é a condição sine qua non [essencial] única para ter um Bolsa Família no Brasil”, disse ao participar de um debate sobre reforma tributária promovido pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A proposta de elevar o valor pago pelo programa social para R\$ 300 a partir de recursos obtidos com mudanças no imposto de renda vem sendo defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. O projeto de lei que muda as regras e alíquotas da tributação sobre a renda foi aprovado pelo Câmara dos Deputados no início de setembro e, agora,

está sendo apreciado pelo Senado.

Pacheco disse que o Bolsa Família é fundamental para “gerar condições para as pessoas de baixa renda terem sobrevivência em razão de tudo o que estamos passando”. Por isso, o presidente do Senado acredita que seja importante que o programa tenha recursos independentes da aprovação do texto do Imposto de Renda pelos senadores. “Nós temos que ter a criatividade de saber que há uma arrecadação muito elevada no Brasil hoje, que nós temos fontes de recursos para isso”, destacou.

Segundo ele, o projeto do Imposto de Renda tem uma grande importância e precisa ser analisado com tranquilidade. “Não podemos colocar no colo do Congresso Nacional de aprovar um projeto estruturante para um projeto social que tem mais apelo popular”, acrescentou.

Projetos em tramitação

Na opinião do presidente do

Senado, as diversas propostas que mudam as formas de cobrança de impostos e tributos no país devem ser analisadas pela lógica de reduzir a complexidade do sistema e a carga tributária. “Nós queremos simplificar, mas não queremos que haja aumento da carga tributária para o contribuinte brasileiro em regra geral. Se a lógica for que o projeto ‘A’ ou o projeto ‘B’ eleva arrecadação para o contribuinte brasileiro, não parece que seja um projeto bom”, disse.

Sobre a aprovação desses projetos, incluindo a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 110 de 2019, conhecida como PEC da reforma tributária, Pacheco acredita que será possível conseguir avanços ainda em 2021. “Nós teremos alterações no modelo tributário. Pode, eventualmente não ser aquela reforma desejada há muito tempo pela população brasileira, pelo setor



produtivo”, ponderou.

O presidente do Senado disse, no entanto, que mantém os esforços para que todos os projetos avancem: “eu foco e centro esforços nessa possibilidade de aprovação da PEC”.

Mesmo assim, Pacheco ava-

lia que possivelmente apenas parte das propostas tenha encaminhamento nos próximos meses. “Mas eu considero que, apesar todas as dificuldades, caso não haja possibilidade neste ano de aprovação da PEC, projetos como o do Refis [Pro-

grama Especial de Regularização Tributária], que é uma alteração muito substancial e importante para este momento, e o próprio projeto do Imposto de Renda, já aprovado na Câmara, podem, sim, ser evoluídos para serem concretizados e sancionados ainda este ano”, disse.

O senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator do projeto que muda o Imposto de Renda, disse que está “dissecando” o texto que veio aprovado da Câmara, analisando as repercussões das mudanças de alíquotas e ouvindo empresários de diversos setores. “Irei fazer dentro do meu tempo, não do tempo que o Ministério da Economia quer. Se me se designaram como relator, eu não tenho condições de apresentar uma peça que eu não esteja convencido de que é a melhor peça para aqueles que pagam tributos”, disse também durante o debate. Fonte: Agência Brasil.